

## **7 DE SETEMBRO – EM DEFESA DA HISTÓRIA**

Em janeiro de 2022, a imprensa divulgou dados de uma pesquisa inédita encomendada pelo Observatório Febraban ao Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) sobre a percepção que os brasileiros tinham da história e dos símbolos nacionais. De acordo com esta pesquisa, a abolição da escravidão, de 13 de maio de 1888, foi apontada como o fato mais importante da história do Brasil por 31% dos entrevistados. A Independência do país – o 7 de setembro de 1822 – veio logo depois, recebendo o voto de 18% dos consultados.

Ao analisar os dados da pesquisa, Thiago Amparo, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse que a permanência do racismo e a difusão do debate racial no país ajudariam a entender porque o 13 de maio de 1888 foi a data mais lembrada pelos brasileiros. Por outro lado, apontou que a Independência do Brasil não parecia despertar o mesmo ânimo porque, ao contrário do que acontecera em outros países latino-americanos, o Brasil teria se furtado ao dever de refletir de modo profundo sobre seu passado colonial, relegando à Independência a marca do continuísmo.

É possível perceber que essa relativa “desidratação” do interesse pela Independência se sedimenta no lugar-comum, atualmente questionado pela historiografia, de que a Independência não passou de um “acordo de gabinete” firmado por elites escravistas das diversas regiões da América Portuguesa. Parte das memórias da gente brasileira parece mesmo considerar que o 7 de setembro não lhe pertence e tem pouco a lhe dizer. Seus objetivos visaram apenas a manutenção das principais instituições coloniais, especialmente a escravidão, garantindo nada mais que uma mudança “do alto”, no comando da antiga colônia. Assim, impediram-se transformações profundas e, principalmente, foram evitadas radicalizações “de baixo”.

Para má sorte da principal data de nosso calendário cívico, Neuma Brilhante,

professora e historiadora da UnB, recordou, em entrevista ao portal Café História, que um eficiente e duradouro projeto historiográfico do Estado brasileiro, formulado desde o século XIX e atualizado inúmeras vezes de acordo com as conveniências de poderosos de plantão, ocupou-se em garantir que o 7 de setembro apenas fosse lembrado como sintoma do espírito ordeiro, harmonia racial e acomodação que marcariam nossa formação nacional. Uma independência conduzida por um panteão de heróis brancos e masculinos com baixíssima representatividade social e sem efetiva participação popular. O caldo do desinteresse estava pronto.

Todavia, indo um pouco além nos substratos de nossas memórias coletivas, é possível que a apatia que permeia a data advenha também das frustrações que gerações de brasileiros suportaram desde aquele 7 de setembro de 1822. Democratização do acesso à terra e à educação, participação política com voz e voto, liberdade religiosa, de opinião e de organização, igualdades racial e de gênero, oportunidades para um sustento material digno são alguns desses valores caros ao bem-viver contemporâneo (para usar um belo termo que descende das ciências indígenas) que demoramos demais a absorver e ainda engatinhamos em sua efetivação.

Não seria exagero, então, tratar o 7 de setembro como trauma histórico, uma data a ser lembrada com certo desdém e frustração. Independência de quem? Como uma criança birrenta, viramos às costas a este país inconcluso e interdito de 1822, tantas vezes revivido no presente por nossa economia extrativista e depredatória (ainda tão colonial em alguns setores), pela fome e a miséria obscenas que nos envergonham e pelos autoritarismos que grassam nosso cotidiano. Com a manutenção do racismo em nossas relações sociais, alguns grupos têm ainda mais a lamentar, como os indígenas e as pessoas pretas, alvos preferenciais da violência estatal, da pobreza e do poder econômico.

Contudo, não é apropriado ignorar a existência destes passados-presentes, que costumam nos visitar como fantasmas a nos lembrarem de nossas mazelas e fracassos enquanto povo e nação. Com efeito, deveríamos tomar seriamente a missão de revisitá-los, compreendê-los e, somente assim, dar-lhes um sepultamento adequado, se for o caso. Esse é o trabalho de gerações de brasileiros, inclusive a nossa.

Nadando contra a maré, a historiografia profissional brasileira, dentro de sua função social, vem se esforçando por oferecer alternativas que ajudem nossa sociedade a superar a indigência memorial com que costuma tratar o 7 de setembro e outros processos históricos pátrios. No caso da Independência, isto tem sido feito por meio da recuperação de agências de sujeitos tradicionalmente invisibilizados e de análises mais acuradas, fundadas em pesquisas de ponta, sobre o complexo histórico que vai das décadas finais do século 18 até os anos 1830, com seus conflitos e contradições.

Sabemos bem que a Independência foi resultado de uma profunda crise política do Império colonial português, arrastado por transformações que aconteciam em várias partes do mundo. Os homens e mulheres do período, muito diferentes dos brasileiros de hoje, não ficaram inertes ou alheios ao que acontecia no mundo. Pelo contrário, elites letradas e políticas leram, vociferaram, protestaram contra ou a favor das “ideias revolucionárias”. O populacho também seguiu caminho semelhante, a partir dos recursos que dispunha.

Apesar das tentativas de controle dos projetos de país e até das narrativas sobre o passado e o futuro, subalternizados de toda sorte – incluindo a população pobre de cor, escravizada ou livre, as mulheres e os indígenas – também projetaram sonhos sobre esse jovem e nebuloso país que, quem sabe, poderia acolhê-los. A partir de experiências e expectativas diversas, lutaram em guerras sangrentas na Bahia, no Piauí e no Maranhão, participaram de quebra-quebras no Recife, riram, se divertiram e opinaram sobre

política a partir das caricaturas de dom João VI, Carlota Joaquina e dom Pedro no Rio de Janeiro. Em seus horizontes estavam a terra, a liberdade possível, a autonomia, a preservação de pactos políticos pretéritos ou coisas bem mais modestas, como comida e soldos.

Necessário dizer que esse futuro projetado causou medo e estranhamento em muitos. Populares do Ceará, ao tomarem notas das ideias liberais e constitucionalistas que circulavam pelos quatro cantos da América lusa, julgaram tratar-se de “coisas do diabo”. No Pará e na Paraíba, súditos juraram lealdade à casa reinante portuguesa e recusaram veementemente as “novidades”. Indígenas de Pernambuco desconfiaram que a nova ordem liberal (defendida por velhos e conhecidos senhores de engenho!) poderia, na verdade, representar o mais duro golpe sobre seus territórios e comunidades. Tinham toda razão e a história comprovaria.

Decepções coletivas e apagamentos como estes podem e devem ser tratados pelos profissionais da História, cuja função é eminentemente pública. Uma das atividades desta ciência reside no cuidado com estes “passivos” do passado, o que fazemos em espaços como as salas de aula de escolas e universidades, os museus (e outros lugares de memória) e no debate público. Nestas oportunidades, a reconstrução e tomada crítica de identidades e pertencimentos mais próximos de todos os cidadãos (e não apenas de um pequeno grupo) deve ir além do simples elogio laudatório de um passado idealizado, do espelhamento anacrônico do presente sobre o passado ou mesmo de sua rejeição precipitada e preguiçosa.

Para lidar com os desafios contemporâneos, precisamos de mais e a História profissional, esta feita por historiadoras e historiadores, tem muito a nos oferecer, podendo atuar concretamente, por meio de processos de aprendizagem que vêm sendo estudados e testados no Brasil e em outras partes do mundo, no desenvolvimento de um

senso crítico de orientação histórica capaz de afastar os entulhos coloniais que atrapalham nossa civilidade e que não deveríamos recuperar senão como objeto de reflexão. A ciência da História, com sua preferência metódica pelo problema, pela alteridade, pelo divergente e pelo contraditório, segue sendo uma das disciplinas mais úteis ao “catecismo democrático” que tanto carecemos atualmente.

Como historiadoras e historiadores, temos o dever de auxiliar nossos compatriotas a mobilizarem as forças cívicas necessárias para a realização de tantas “independências” quantas forem necessárias, sempre que conquistas do presente estiverem sob risco ou quando nos esquecermos daquilo que já vivemos e sofremos. A publicação da Lei nº 14.701, de 2023 (Lei do Marco Temporal) – a despeito dos vetos presidenciais e em franca contrariedade com o *sprit* protetivo da Constituição da 1988 – renegociou e normalizou o histórico genocídio dos povos originários, nos fazendo lembrar como essa é uma nobre e desafiadora tarefa.

Menos conhecidos são os mais de 60 mil trabalhadores resgatados de condições de trabalho escravo desde 1995, quando foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Trabalhadores domésticos, camponeses na Amazônia, operários de fabriquetas têxteis de São Paulo. São os anônimos super explorados de um presente-passado que não passa. Em virtude da morosidade estatal para processar e punir os acusados do crime e reparar as vítimas, o Brasil recebeu condenações em tribunais internacionais. Ainda assim, com forte protagonismo de organizações da sociedade civil, como a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), conseguimos construir uma reconhecida política de erradicação do trabalho escravo, paulatinamente implantada desde os anos 1990.

Nestes e em outros campos de nossa vida social, com acertos e erros, o objetivo deste tratamento coletivo com a História deve ser a efetivação do estado de bem-estar

social e dos valores democráticos previstos em nossa Magna Carta, com respeito à dignidade humana, ao meio-ambiente, às diversidades cultural e de gênero, com comida à mesa, oportunidades, trabalho e renda dignos.

Brasília, 7 de setembro de 2024.

***José Inaldo Chaves***

***Bruno Leal Pastor de Carvalho***

Professores do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade de Brasília (UnB)